

4 - A APROPRIAÇÃO

“Aprendi a não tentar convencer ninguém. O trabalho de convencer é uma falta de respeito, é uma tentativa de colonização do outro.” (José Saramago)

Considerei para o entendimento do fenômeno estudado, o da apropriação, a noção de que a cidade moderna, com suas avenidas largas e de trânsito rápido produz um modo de vida urbano que não oferece tempo disponível para o lazer.

A praça, considerada como “espaços livres públicos urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livre de veículos” (ROBBA, 2003, p.17) perde essa importante função social para os meios eletrônicos de diversão e para o medo de estar na rua.

Produtos gerados pela ordem social que o estado capitalista impõe contribuem para a modificação das relações de vizinhança: é preciso se cercar de muros altos, de cercas elétricas, de sistemas de monitoramento, de blindagem de carros; é preciso permanecer isolado para se sentir bem e seguro. O medo de estar sozinho na rua faz com que o cidadão fique recluso em casa e, com isso, as relações de vizinhança passam a ser práticas cada vez mais raras entre a população. As áreas livres que não são frequentadas pelos moradores dos bairros são, então, negligenciadas em sua manutenção: não há uso porque não há função; não tem função porque ninguém as usa. Qual seria, portanto, a função ou utilidade das Áreas Públicas das cidades?

Minha dúvida surgiu, primeiramente, como frustração normal de quem se depara com a realidade da Gestão Pública brasileira. Em um segundo momento agravou-se, em virtude da vivência cotidiana de intervenções de obra em Áreas Públicas da cidade de Aparecida de Goiânia. Esta inquietação me fez experimentar novos modos de pensar a Cidade em que prestei serviços de arquitetura. Refletir sobre os usos dos espaços coletivos, felizmente, me trouxe a esta pesquisa, definindo como um dos objetivos dela responder à indagação sobre a utilidade ou função das Áreas Públicas dos Setores Colina Azul e Mansões Paraíso. Acreditei, e acredito ainda, que esta amostragem pode, no mínimo, pautar a compreensão do mesmo fenômeno em outras localidades.

Como arquiteta, ao exercer a tarefa de propor desenhos para construção de espaços de uso público na cidade de Aparecida de Goiânia, passei a considerar como estes espaços precisavam ser reavaliados: quanto ao conceito, à forma, à escolha dos mesmos e, de forma especial, a quem deve definir aquilo que, posteriormente será projetado no papel. Explico

melhor: Há que se reavaliar que, diferentemente do que ocorre com um projeto pessoal, pensar a criação, a construção, a implementação de equipamentos em decorrência da utilização, bem como a manutenção e a apropriação de uma Área pública implica, obrigatoriamente, um trabalho coletivo. Todos os atores devem ser partícipes, desde as primeiras decisões. Isto significa dizer que, de um lado, os gestores públicos, compreendidos como o prefeito, os secretários e seus colaboradores responsáveis pelas ações a serem empreendidas; e de outra parte, a comunidade-alvo das benfeitorias de forma mais direta devem ser copartícipes na realização das intervenções. Só assim, acontece a apropriação desejada e acordada por todos.

Durante muitos meses em que vivi a experiência de “tentar” dar bom aspecto aos dois Bairros e melhorar a qualidade de vida dos moradores com as intervenções de obra, não acreditei que pudesse ocorrer a apropriação dos espaços públicos, por parte da população. Entretanto, a pesquisa e os dados coletados me encaminharam para outra direção de pensamento sobre a questão. Foi de demonstrar isso que me ocupei neste último Capítulo.

4.1 - A função e importância das áreas públicas para a população

Para entender sobre como ocorre a apropriação das Áreas Públicas, foi importante pensar: como a forma dos espaços produzidos ocorre na cidade e qual sua relação com a ordem social vivenciada neles.

Estudando os elementos da paisagem que podiam estruturar a identidade do cidadão com o lugar em que vive, Kevin Lynch (1980) apontou como a qualidade do ambiente construído pelo homem é importante para a qualidade da vida social: “[...] Todo cidadão possui numerosas relações com as partes da sua cidade e sua imagem está impregnada de memórias e significações” (p.11). E ainda diz o autor que

A necessidade de conhecer e estruturar o nosso meio é tão importante e tão enraizada no passado que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo. [...] A imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional. (LYNCH, 1980, p.14).

Lynch (1980) destacou cinco elementos da estrutura urbana como definidores de *legibilidade* ou *imaginabilidade* da forma da cidade, fundamental para a qualidade do meio cidadão: *vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes* são espaços públicos, “imagens públicas, criadas por um número significativo de cidadãos” como se fossem a

“sobreposição de imagens de muitos indivíduos.” (p.57). Esses espaços, quando dotados de qualidade visual, têm a função de promover uma identidade visível, coerente e clara, necessária ao habitante dessa cidade. Isso o faz reconhecer os *lugares*, não se perder na cidade e criar razões para: ir ao encontro social na área pública, usar prazerosamente a cidade e exercer o seu direito.

A função deste espaço seria, portanto, para a vivência de atividades de uso coletivo: um momento para conversar, para ver e ser visto, para debater os assuntos do cotidiano, enfim para o desempenho de uma prática social (seja institucional ou de lazer) que dá sentido à vida humana.

Sem me aprofundar no conceito de cidade, concordo com CASTELLS (2009) quando ele, analisando as formas de urbanização na história, propõe a ideia de que “... o fenômeno urbano está articulado à estrutura de uma sociedade”, e que os “laços sociais”, que surgiram seguindo as transformações dos modos de produção na história, produziram “*formas espaciais da organização social*”. Disso posso concluir que, sem espaços de vivência social, a cidade seria apenas um lugar de depósito e passagem e não de interação humana. Residir e trabalhar são funções que, isoladas, poderiam remeter a outro conceito, que não seja o de cidade, mas o de um acampamento ou assentamento provisório, por exemplo.



Foto 59 e 60 – Praça “construída” por morador no Setor Parque das Nações.
Fonte: SOUZA, Maria Ester, 2011.

Outro aspecto a ser destacado, quando do entendimento da importância das Áreas Públicas, é o fato de a cidade de Aparecida de Goiânia ter crescido em população e urbanização, como consequência da metropolização da Capital, Goiânia. O processo de metropolização analisado por CASTELLS (2011) aponta como o progresso técnico pode transformar o espaço urbano, a ponto de enfraquecer as relações das pessoas com o ambiente físico que vivenciam na cidade:

A região metropolitana, enquanto forma central de organização do espaço do capitalismo avançado, diminui a importância do ambiente físico na determinação do sistema de relações funcionais e sociais, anula a distinção rural e urbana e coloca em primeiro plano da dinâmica espaço/sociedade a conjuntura histórica das relações sociais que constituem sua base. (CASTELLS, 2011.p.57)

Ao analisar os conceitos de urbanização e desenvolvimento, o autor entende que nas sociedades chamadas capitalistas e “batizadas como subdesenvolvidas”, na qual se inclui a América Latina, as migrações são o fenômeno essencial que justifica o crescimento urbano acelerado dos aglomerados (p.85). Ele ainda destaca como característica deste subdesenvolvimento, “(...) além da falta de recursos, a impossibilidade de uma organização social capaz de concentrar e dirigir os meios existentes em direção ao desenvolvimento da coletividade.” (CASTELLS, 2011, p.81). Ao refletir sobre o que foi exposto no Capítulo sobre a política de urbanização brasileira - **Conceitos, História e Urbanização** - percebi que Aparecida de Goiânia guarda as relações sociais e de urbanização descritas pelo autor.

O aspecto de abandono tem sido ainda hoje a característica da paisagem na maioria dos ambientes ou Áreas Públicas de Aparecida de Goiânia. O caráter fragmentado do espaço urbano desta Cidade, já citado neste estudo, acentua esse aspecto, pois as Áreas Públicas livres não são encontradas na locação indicada por sua função no bairro, a de ponto de encontro, mas estão fragmentadas no Território, misturadas numa paisagem residual. Elas se tornaram invisíveis e, por isso, são difíceis de serem localizadas na malha urbana.

Espaços abertos urbanizados, com qualidade, como se pudessem ocorrer como extensões dos espaços particulares são fundamentais para o convívio social e para os momentos vividos individualmente também. As Áreas Públicas delineadas nos espaços urbanos “delimitam as condutas e, simultaneamente, essa forma de comportamento reafirma e qualifica o espaço físico” (GOMES, 2012. p.29). Este autor se refere ao *comportamento de civilidade*, qualidade própria do cidadão.

A expressão formal, enquanto objeto de integração às práticas sociais, é carregada de simbolismo, importantíssimo para que pessoas em posições desiguais na sociedade possam usufruir dos mesmos usos e do direito à cidade.

4.2 – A Gestão Pública e as Áreas Públicas

Conforme fui compreendendo os processos de produção do espaço urbano em Aparecida de Goiânia, pude perceber como o território, que inclui as Áreas Públicas, foi

tratado pelos governantes, isto é, como tendo valor de mercadoria. A função social das Áreas Públicas é reconhecida como legítima, está inclusive em lei; mas, na realidade da Gestão aparecidense, este é um terreno como qualquer outro destinado à moradia ou à instalação de indústrias. Vendem-se, trocam-se, ocupam-se Áreas Públicas, sem critério ou qualquer regulamentação de uso do solo.

Entendo que isso ocorre, dentre outros motivos, porque, desde a origem da Cidade até os dias de hoje, as ações de planejamento, execução e manutenção de políticas públicas, fundamentais para a utilização e, conseqüentemente, para a apropriação dos espaços públicos, ocorrem de forma improvisada, sem a mínima estrutura, inclusive de mão-de-obra. Pode ser comprovada a ineficiência e ineficácia das ações de obra e manutenção observando, simplesmente, os dados relativos a essa estrutura: o número de funcionários, o maquinário existente, o orçamento destinado a obras e manutenção.

Os dados sobre a falta de estrutura de pessoal da Prefeitura corroboram com algumas respostas do questionário aplicado, quando mais de 90% dos moradores informaram que nunca haviam frequentado uma praça em Aparecida de Goiânia. Nos dois Bairros, percebi que a população não identifica as APMs como sendo áreas para desenvolvimento de atividades de lazer ou socialização. Nem mesmo as que formam pequenas praças entre as quadras. Entendo que isso ocorre porque, na paisagem urbana, estes espaços se confundem com lotes baldios. Não há nenhuma indicação física que sugira que o terreno seja uma praça, como se observa nas Fotos 61 e 62:



Foto 61 – Área particular desocupada
Fonte: SOUZA, Maria Ester, 2012.



Foto 62 – Área particular desocupada. Avenida Independência – St. Cidade Livre

Visto que era minha função desenhar estes espaços por ser funcionária da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, pude perceber como ocorre a demanda pelas obras em Áreas Públicas no Município. Num primeiro momento, no ano de 2009, a Secretaria de Meio Ambiente –

SEMMA teve o propósito de identificar as Áreas Verdes livres, para a elaboração de projetos de urbanização voltados a elas. A primeira tarefa a cumprir foi fazer o cadastro destas Áreas e eleger as prioritárias para intervenção. Nesta missão já me deparei com a situação de precariedade das Áreas Públicas. Dentre seis áreas selecionadas, todas apresentavam problemas de regularização: pela falta de registro do loteamento; por divergência nos endereços; por terem registro de doações das mesmas; por ocupações irregulares e por altos índices de degradação ambiental.

O Cadastro Imobiliário da Prefeitura informava situação de regularidade fiscal das Áreas, porém as duas primeiras a serem selecionadas estavam: a) ocupadas por moradores - caso das Áreas Públicas do Setor Garavelo, fotos 63 e 64, ou b) havia sido doada para comerciantes - caso do Setor Colina Azul.



Foto 63 – Área Pública Setor Garavelo.
Fonte: SOUZA, Maria Ester, 2010.



Foto 64- Detalhe da Área Pública Setor Garavelo ocupada por atividade de plantio de hortaliças.

Outras Áreas foram pesquisadas e, uma vez que essas situações eram constatadas, todo o planejamento perdia o sentido e se iniciava a tentativa de organizar os lugares. O tempo transcorrido, bem como a falta de estrutura física para o desenvolvimento dos trabalhos fizeram com que nenhum projeto pudesse ser executado, no período em que trabalhei e pesquisei. A ideia de se projetar parques urbanos para Aparecida de Goiânia era sempre cogitada, mas esses fatores impossibilitavam qualquer evolução de planejamento.

Constatei que a estrutura político-administrativa de Gestão do Território era fragmentada. Não havia consenso sobre que obra executar, a não ser a de drenagem pluvial e a do asfalto. Não havia um planejamento mínimo para manutenção das Áreas Públicas, pois nem mesmo os novos gestores sabiam quais Áreas eram passíveis de serem urbanizadas. Não havia máquinas, equipamentos e nem trabalhadores qualificados. As informações de cadastro precisavam ser confirmadas nos cartórios de imóveis, sendo alguns deles estabelecidos em

Goiânia e uma vistoria no local deveria ser confrontada com as informações escritas. Não havia relação, compatibilidade ou troca de informação entre as ações das Secretarias do Município.

No levantamento de Áreas Públicas da Cidade, encontrei, também: a) Áreas doadas para igrejas e indústrias; b) Decretos de autorização para loteamentos - Serra das Areias e outros - sem a reserva de Áreas Públicas¹ e c) O parcelamento em chácaras² de todas as Áreas Verdes de fundo de vale.

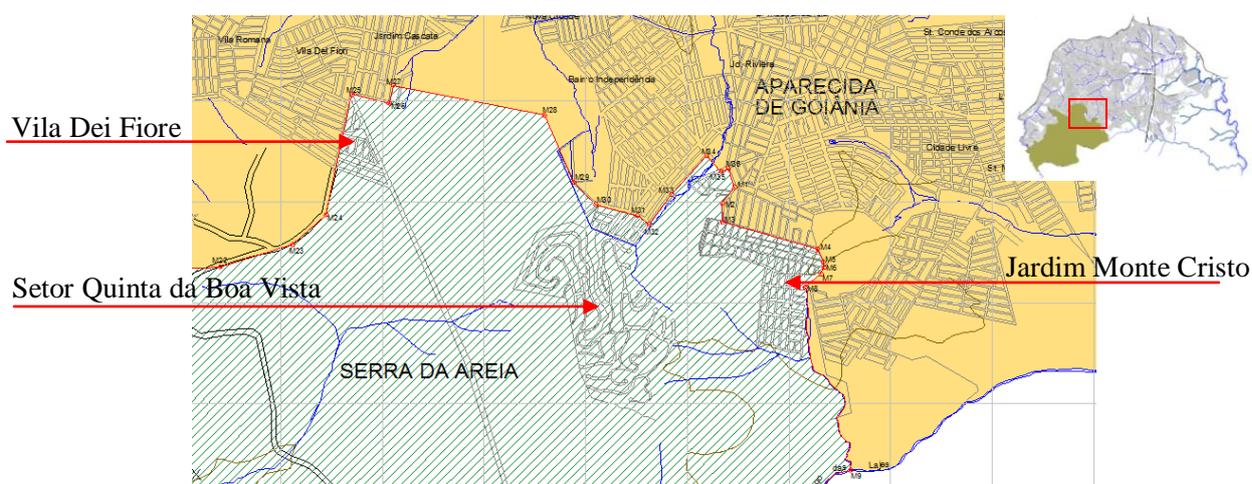


Figura 28—Mapa parcial da Serra das Areias - Exemplo do Setor Quinta da Boa Vista, Setor Fabrício, Jardim Monte Cristo e Vila Dei Fiore localizados na APP, em processo de desapropriação.

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia – SEMMA

Adaptação: SOUZA, Maria Ester, 2013.

Em 2010, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, responsável pela limpeza urbana, manutenção das praças e canteiros de avenidas foi chamada a compor parceria com a SEMMA na execução de pequenos projetos de urbanização. Porém, a proposta foi descartada por questões políticas que envolviam os Secretários destas pastas. A SEMMA passou a fazer a gestão da limpeza urbana em 2011 e os projetos foram suspensos.

Nos anos que se seguiram, até 2012, nenhum tipo de política urbana foi apresentado pela Gestão Municipal para a Cidade. O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Aparecida de Goiânia – IPPUA, “criado com o objetivo de garantir apoio técnico na implementação dos instrumentos previstos no Plano Diretor” (SOUZA, 2009) foi extinto por não ter utilidade, de acordo com o Secretário de Finanças. Uma Secretaria de Planejamento

¹A exemplo dos Setores: Vila São Joaquim, Jardim Cristalino, Setor Rio Vermelho, Jardim das Acácias, Jardim Canadá, Setor Serra das Brisas, Jardim Pampulha, Jardim Colorado, Vila Adélia, Setor Buenos Aires. Fonte: Departamento de Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, consultado em março de 2014.

²A exemplo dos Setores: Vila Maria, Setor Santo André, Setor Pampulha, Jardim Maria Inês, Jardim Imperial, Setor dos Afonsos, Setor Colonial Sul, dentre outros.

foi criada em 2013, para desenvolver projetos que atendessem recursos ofertados pelo Governo Federal. Em decorrência, os projetos a serem desenvolvidos na Secretaria que executa obras – SMDU³ - passaram a atender às solicitações de vereadores, de presidentes de associações de bairros, de empresários e, raramente, do Prefeito. Os planos de resíduos sólidos, drenagem, mobilidade, habitação, políticas públicas para transporte coletivo, coleta seletiva, passaram a ser elaborados conforme a disponibilidade de acesso aos recursos.

Treze anos da elaboração do primeiro Plano Diretor se passaram e a Gestão Municipal ainda não orientou suas práticas urbanas de acordo com tal instrumento. Ela ainda tenta organizar a elaboração de uma revisão do Plano Diretor, tendo que concorrer atualmente com planos oferecidos por empresas estrangeiras, e continua propondo obras que pouco melhoram a vida do cidadão aparecidense.

Atualmente, o arcabouço legal existente no país⁴ contém instrumentos que podem minimizar ou atenuar os índices de degradação urbana (enchentes, congestionamentos, violência urbana) e de desigualdade social. No centro da questão urbana ainda estão presentes o conflito fundiário e o imobiliário, numa disputa desigual. Precisam ser aplicados os instrumentos que promovam a cidade igual para todos, decorrentes de reflexão e proposta de ação nascidas: na Agenda 21, no Estatuto da Cidade, na Conferencia Nacional das Cidades, no Conselho das Cidades, no Fórum Nacional de Reforma Urbana, nas leis que regulamentam o saneamento, a mobilidade, os resíduos, os consórcios públicos de habitação.

Creio que é preciso desconstruir as ideias e práticas dominantes do segmento comercial imobiliário e tomar cuidado com a implantação pura e isolada de novos planos. Políticas públicas elaboradas apenas dentro de gabinetes políticos, ao contrário de proteger, podem flexibilizar a fiscalização e o cumprimento das leis urbanas, perpetuando a cidade ilegal. Pode também confirmar o controle do mercado imobiliário sobre os investimentos e projetos urbanos; fato já constatado no processo e na história da urbanização brasileira. Na verdade, penso que é a população que precisa ser consultada e que ela deve participar ativa e legitimamente dessas decisões.

Com a pesquisa ficou claro que a Gestão Pública tem um papel determinante no entendimento da função das Áreas Públicas, por parte da população. Embora sejamos todos seres racionais, não somos capazes de identificar os lugares na cidade sem um repertório

³ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU

⁴O IBGE também teve importante papel de contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil, desde a década de 1970, com a elaboração de estudos e documentos importantes para “subsidiar o planejamento estatal” bem como “prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que dela emergem” (IBGE, 2008).

mínimo de símbolos e/ou organização. Terrenos na cidade tomados pelo mato, vazios de construções, ruas sem nome... não permitem que o indivíduo se identifique com o lugar de uma forma adequada à convivência social. Não permitem que ele se aproprie.

Penso que seja papel da Administração Pública, inicialmente, incitar a participação popular para uma tomada de decisão coletiva. Só então executar as obras que qualifiquem os espaços públicos, dotá-los de estrutura física adequada que atraia a população para que ela demarque seu lugar com suas festas, crenças e tradições culturais. Esses eventos devem ocorrer em espaços públicos, abertos ou não, mas obrigatoriamente de livre acesso.

Penso que quando fiz a descrição das obras no Capítulo 2, eu já tenha deixado claro que Gestão Pública Municipal não teve uma participação que me permitisse concluir que havia intenção de contribuir para a melhoria da qualidade do espaço público. Todas as iniciativas em relação às obras descritas eram individuais, às vezes tomadas por mim, enquanto funcionária da Prefeitura, e por um pequeno grupo de técnicos que me acompanhava. Ao final de quatro anos de trabalho, apenas pequenos projetos foram executados, apesar de que, de maneira repentina, eventualmente havia interesse em torna-los público para fins, entende-se, de propaganda eleitoreira, como confirma a figura 29.



Figura 29 – Matéria jornalística sobre execução de obra onde os personagens na foto são os Gestores que pouco se empenharam ou conheciam o projeto. O título de Eco-praça não pode ser aplicado ao local.

Fonte: Jornal Diário de Aparecida, 10 de Julho de 2013.

Vale comentar, ainda, que o material empregado nas pequenas obras era de qualidade inferior e a mão de obra muito desqualificada. Isto produziu um espaço pouco adequado e diferenciado da proposta arquitetonicamente projetada. Ainda assim, a Gestão Municipal continuou omissa na execução de obras e manutenção de Áreas Públicas e também sem ação para a melhoria de seus quadros técnico e de servidores (FOTOS 65 e 66).



Foto 65 - Campo de futebol de várzea no Setor Colina Azul.

Fonte: SOUZA, Maria Ester, 2013.

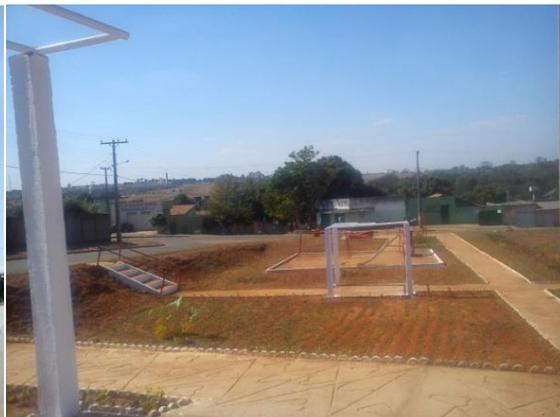


Foto 66 - Praça no Setor Papyllon Park executadas sem projeto.

4.3- A apropriação das áreas públicas

Para a conclusão da pesquisa, foi elaborado um questionário (anexo 5) e aplicado nos meses de Junho, Julho, Setembro e Outubro de 2013. Entretanto, houve muita dúvida com relação à interpretação das respostas, uma vez que algumas pessoas se identificavam com minha função de funcionária pública. Não era difícil perceber que isso modificava o teor da entrevista, tanto da parte do entrevistado, quanto da minha. Outro fator de dificuldade na aplicação do questionário foi por sua extensão, 60 (sessenta) perguntas, o que prejudicou sua finalização, principalmente no Setor Colina Azul. Contudo, o conteúdo das respostas, bem como os momentos de conversa com os moradores dos dois Bairros foram fundamentais para o entendimento da apropriação.

Com a pesquisa penso que a Cidade tem a sua imagem construída, a partir da relação que a população estabelece com os espaços públicos (ruas, calçadas, praças, áreas verdes, áreas institucionais, áreas livres públicas), ocorrendo, ou não, intervenções de urbanização por parte do Poder Público nestes locais. A apropriação ocorre de qualquer maneira, pois na organização do espaço para a vida cotidiana é estabelecida uma relação com o lugar, com a cidade, dando início a uma “construção”. Entender isso, encontrar uma teoria que explicasse esta cidade e na qual eu pudesse me apoiar foi um momento relevante dessa dissertação.

A apropriação das Áreas Públicas com aparência de abandono se dá pela atitude do descarte de lixo, da hostilidade, do vandalismo, da ocupação a qualquer custo. A utilização das Áreas Públicas pesquisadas como local de encontro social perdeu espaço para a ação do cidadão delinquente, ao longo do tempo, na história da Cidade de Aparecida de Goiânia. Nos

dois Bairros, sem a disposição de espaços adequados para recreação, as crianças brincam nas ruas e lotes desocupados. As calçadas são pouco adequadas e a circulação de pessoas sempre ocorre pela via pública. Observei adultos juntos somente nos bares, mesmo durante o dia, ou caminhando pelas ruas nos horários de retorno do trabalho.

Com as intervenções de obra, percebi que a apropriação para o uso destinado ao lazer, principalmente, ocorreu de forma diferente nos dois Bairros. Penso que dois fatores foram decisivos: 1) Pela qualidade do meio físico no espaço urbano; 2) Pela regularidade na manutenção/conservação do espaço público. No setor Mansões Paraíso, a área do playground foi utilizada mesmo quando estava tomada de lixo e mato. A população pareceu ter se identificado com o lugar e não se importar com a sujeira. O espaço físico ficou amplo e acessível.

No setor Colina Azul, ao contrário, o projeto original não foi executado e o playground ficou pequeno, adaptado em uma área pouco acessível. Isso fez com que parte da população nem tenha ficado sabendo que o equipamento havia sido instalado.

Além dos espaços terem dimensões e formas distintas⁵, a limpeza delas ocorreu sem a mesma regularidade. No caso da área do Setor Mansões Paraíso, a limpeza ocorreu com mais frequência e, com isso, as pessoas utilizaram mais os espaços, quando visitaram o local.

No Colina Azul, além do acúmulo de mato e lixo por mais tempo, os espaços não ficavam visíveis e o equipamento se resumiu à pista de caminhada. Como já foi dito, a apropriação ocorre, a população utiliza a Área Pública, mas a utilização para o encontro, o debate sobre os acontecimentos do cotidiano, a recreação ao ar livre não acontece. Já no Setor Mansões Paraíso o espaço produzido, em decorrência das qualidades físicas, tornou a área visível e, além da pista de caminhada, o mobiliário do playground permitiu que as pessoas permanecessem mais tempo no local. Ao observar o lugar nos finais de semana, nos horário de caminhada, percebi grupos de pessoas conversando, o que me fez concluir que a utilização da área estava sendo cumprida.

A população dos dois Bairros tem perfil socioeconômico diferente: no Bairro Mansões Paraíso identifiquei pessoas com maior grau de escolaridade, com doutorado, por exemplo, e também com maior poder aquisitivo. No Colina Azul, a maior parte dos entrevistados não havia concluído o Ensino Médio. Enquanto no Mansões Paraíso encontrei mais pessoas em casa durante o dia, no Colina Azul, as residências do entorno imediato à Área Pública estavam

⁵Citei anteriormente (na pág. 14) o aspecto institucional usado na comparação das Áreas Públicas e aqui destaco uma diferença no aspecto físico, que interferiu na qualidade da apropriação: a Área do Bairro Mansões Paraíso tem o triplo do tamanho da Área do Colina Azul.

sempre fechadas. Apesar destas diferenças, as relações de vizinhança pareciam ter o mesmo grau de proximidade. Ao perguntar sobre as amizades e conhecimento de pessoas do Bairro, mesmo no Mansões Paraíso, que é dividido pelo anel viário, as respostas eram positivas. Pude perceber, com isso, uma relação de identificação e apropriação do Bairro, em ambos os casos.

Ainda que o espaço produzido no Setor Mansões Paraíso tivesse mais qualidade física em decorrência de melhor manutenção, a apropriação das Áreas Públicas dos dois Bairros ocorreu com o mesmo grau de identificação com o espaço.

Com a pesquisa constatei que a Gestão Pública Municipal, corresponsável no processo de produção do espaço urbano, estabeleceu uma relação de abandono com a população ao longo da história da cidade de Aparecida de Goiânia. Durante os últimos 40 (quarenta) anos, o território da Cidade foi negociado, doado, invadido e usurpado pelas Gestões Públicas do Município. Tornaram a Cidade fatias de terrenos, mercadoria simples para moradia e trabalho, sem considerar as necessidades de quem chegava para ocupar o espaço. A população, em sua maioria imigrante, já explorada em seu território de origem, se apropriou dos espaços que encontrou, construindo moradias com as próprias mãos, em busca de oportunidade de vida melhor.

A Cidade, no que se refere à execução de obras em Áreas Públicas, foi sendo construída por decisão de funcionário encarregado, sem que o mesmo contasse com um projeto a seguir, sem treinamento que o qualificasse e tendo que usar seu próprio repertório para elaborar o programa, desenhar e especificar os materiais empregados nas obras. Claro que também não tinha como se atentar para a qualidade física, social e cultural do espaço produzido. Ele mesmo, o funcionário, costuma ser morador da Cidade e da mesma forma acontece com sua casa, seu local de trabalho, com as Áreas Públicas do seu bairro.

Apropriar-se, seja de seu espaço particular e, especialmente, do espaço público se torna muitas vezes uma atitude mecânica, da qual não se reconhece sua importância a não ser quando o espaço já está construído, já se apresenta visível. Tanto isso é verdade que não se viu uma manifestação popular que cobrasse do Poder Público a instalação de equipamento urbano como uma praça, um playground ou uma pista de caminhada. Os atos de vandalismo e o estado de degradação a que estão submetidas as Áreas Públicas pesquisadas não podem ser atribuídos, apenas, à atitude de apropriação, seja de que maneira for, pela população. Eles são também uma resposta à histórica relação de abandono. Há que se voltar, reconstruir, manter e ajudar a população a conviver (FOTOS 67 e 68).



Fotos 67 – Plantação de milho na área verde do Playground – Colina Azul.
Fonte: SOUZA, Maria Ester, 2013.



Foto 68 – Playground deteriorado - Mansões Paraíso.

Simultaneamente ao fenômeno de produção do espaço nos Bairros tomados como *corpus*, grandes obras de urbanização de Áreas Verdes na Capital, que antes eram consideradas deficitárias de infraestrutura e degradadas, configuraram projetos de parques urbanos de alta qualidade ambiental, construídos para servirem de *playgrounds* particulares para cidadãos de alta renda. Estas ações expulsam antigos moradores, inibem suas presenças com seguranças particulares, bem como a de moradores de bairros menos privilegiados.

O modelo de política urbana recorrente na Capital culmina por se repetir no seu entorno e as iniciativas de construção ou qualificação de espaços livres, em Aparecida de Goiânia, da mesma forma se reproduzem nos grandes negócios imobiliários, para justificar os projetos claramente destinados aos habitantes de alta renda.



Figura 30 – Matéria jornalística sobre Produtos de planejamento urbano sendo importados.
Fonte: Jornal Diário de Aparecida, 10/07/ 2013.



Figura 31 – Lançamento imobiliário na região de conurbação.

A ausência, a falta de acesso e a má distribuição das Áreas Públicas no interior dos bairros confirmam a segregação, a desigualdade e a fragmentação social e espacial de Aparecida de Goiânia.

Uma publicação da ONU (2012, p.70)- *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe*⁶ reconhece que a disponibilidade, a qualidade e o uso dos espaços públicos na cidades brasileiras é quase inexistente, e considera que “constituyen los ejes articuladores de las ciudades y sus servicios (...) ocupa um papel central em el poder de atracción de las ciudades y la aceptación social de la densidad urbana, tan necesaria para la sostenibilidad.”

A qualidade de vida na cidade poder ser medida pela quantidade, pela qualidade e pelo uso desses espaços públicos no ambiente urbano, confirmando que sua função seria a de promover a socialização ou a boa convivência.

A apropriação das Áreas Públicas que sofreram intervenção (obras) mostrou como elas são importantes e a quem realmente interessa sua manutenção. Se consideradas espaços de representação política e, ainda, simbólicas de poder tem a atenção diferenciada da Gestão Pública. Para que mantê-las se as Áreas Públicas podem estimular a discussão da Cidade, propiciar sua real apropriação e, conseqüentemente, enfraquecer a prática de troca para a qual servem de moeda?

A apropriação dos espaços da Cidade é do interesse da população e, sem dúvida, é uma conquista coletiva necessária.

⁶Disponível em: <http://www.onuhabitat.org>. Consultado em julho de 2012.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...)Porque os indivíduos e os grupos sociais “funcionam” a partir da crença e têm a necessidade de viver na ilusão, no disfarce e no erro? Porque o social é antes de tudo o reino da certeza e do esquecimento da verdade? Porque a obediência é tão fácil, a servidão tão frequente, enquanto a revolta se revela tão difícil e o desejo de autonomia tão frágil? (ENRIQUEZ, Eugene. 1989, p.12).

A pesquisa aqui apresentada teve parte da sua produção concomitante à ocorrência de fatos políticos e sociais de grande impacto no país: a) Os programas econômicos dos Governos Federal, Estaduais e Municipais como o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC e aumento das tarifas de transporte coletivo; b) A Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos no Brasil; c) A corrupção dos políticos e a proximidade das eleições, dentre outros, têm gerado protestos⁷. Estes têm tido como palco as ruas e espaços públicos emblemáticos, principalmente nas capitais brasileiras. Observar as Áreas Públicas em Aparecida de Goiânia se misturou, portanto, com a observação desses fatos. Disso decorre minha convicção de que é correto afirmar que os conceitos de espaço público estão intimamente ligados aos aspectos políticos e culturais de uma sociedade. A pesquisa se tornou um exercício de olhar para parte do local, os Bairros estudados; o próprio local, a cidade de Aparecida de Goiânia e o cenário nacional, isto é, olhar o objeto singular, entendendo o processo global.

Durante cinco anos acompanhei como a Gestão Pública de Aparecida de Goiânia tratou o assunto *urbanização* e percebi como, em parte, isso pode ser o reflexo de uma cultura urbana própria deste lugar. A Cidade, por mais populosa que seja, permanece com a paisagem predominantemente rural: pessoas montadas em cavalos pelas ruas do Centro, cercas de arame farpado fechando lotes, criação de cabras e porcos, pequenas plantações de milho e mandioca podem ser vistos em qualquer bairro, de qualquer uma das sete regiões da Cidade⁸. Ainda hoje ela é administrada como se fosse uma propriedade do gestor; como se o território fosse o quintal particular dele. A Coisa Pública perde o sentido nessa dimensão.

Nos bairros, a população de maioria imigrante não se dá conta da dimensão espacial da Cidade. Não percebe o quão grande é o Território, pois, como na zona rural, mesmo as grandes distâncias naturalmente são percorridas a pé⁹. A falta de conexão entre as localidades,

⁷Tomo a liberdade de declarar que considero alguns desses protestos claramente comandados por grupos políticos de direita.

⁸ Esta divisão em sete regiões é uma estratégia político-administrativa e não consta do Plano Diretor.

⁹Sempre pela pista de rolamento dos veículos visto que as calçadas são intransitáveis em sua maioria.

inclusive por meio de transporte público, faz com que os acontecimentos sociais também ocorram de maneira fragmentada¹⁰.



Foto 69 – Crianças brincando em escultura – Centro de Aparecida de Goiânia.
Fonte: SOUZA, Maria Ester, 2013.

Apesar disso, pude perceber que as pessoas têm uma identificação com o lugar em que habitam. Para as pessoas que entrevistei a noção do que é público diz respeito ao serviço de saúde e educação e pouco diz sobre espaços livres, para uso de lazer ou socialização na Cidade. Como identificar então a dimensão do que é o espaço público para o conjunto da sociedade? Como as populações percebem a sua cidade? Onde estão as Áreas Públicas nas cidades?

Ao analisar as Áreas Públicas e como a população se apropria delas sinto que essas e outras questões precisam ser melhor refletidas, pois, na atualidade, o fenômeno urbano é complexo; merece ser abordado com mais profundidade.

Nesta pesquisa, as categorias *identidade* e *lugar* não foram abordadas detalhadamente, com os referenciais teóricos da Geografia, tão importantes para sua análise, o que me levou a mais perguntas. A cidade, como elaboração humana, exige mais profundidade na proposição dessas e de outras categorias de análise, fato que me impulsiona, portanto, a dar continuidade nesta pesquisa e que me mantém na formação desta Ciência tão incrível que é a Geografia.

¹⁰ É o caso da Festa de Aniversário da Cidade e de eventos culturais particulares de grande porte.